



# Linha da dignidade



*O acordo entre o Palácio Piratini e o Ministério Público não desobriga o Estado de pagar o piso salarial aos professores: é uma espécie de adiamento daquilo que, cedo ou tarde, terá de ser pago ao magistério para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça, que o governo não cumpre por falta de dinheiro.*



FOTO: WALTER SOBRINHO/AGÊNCIA

## NO TÚNEL DO TEMPO

De gerações diferentes, **Carlos Araújo**, fundador do PDT, e o deputado estadual **Adão Villaverde** (PT) se conheceram na década de 1970, em meio à resistência à ditadura militar. Araújo era advogado trabalhista e militante de esquerda e Villaverde atuava no movimento estudantil.

No quinta-feira, eles recordaram histórias desse período ao se encontrarem em um evento que discutiu os anos de chumbo. O nome do seminário – Carlos

Alberto Tejera de Ré – também trouxe lembranças para ambos. Conhecido como Minhoca, De Ré, falecido há um ano, foi uma das figuras emblemáticas da luta por democracia.

Apesar de terem escolhido partidos diferentes após a redemocratização, os dois nunca perderam contato. Hoje, Araújo não faz mais política partidária. Apenas atua como conselheiro da ex-mulher, a presidente Dilma Rousseff.

Colaborou Juliana Bublitz

## PMDB faz recuo estratégico

Marcada para segunda-feira, ao meio-dia, a reunião em que o PMDB pretendia bater o martelo em relação à indicação do candidato a vice do prefeito José Fortunati (PDT) deve ser adiada.

Presidente do partido e provável candidato a vice, o vereador Sebastião Melo diz que está avaliando a conveniência de realizar a reunião, já que a aliança ainda não está totalmente definida e setores do PTB insistem na ideia de obter a vaga de vice.

O PMDB não pensa em abrir mão da indicação, mas não pretende dar margem para que o PTB queira exigir a ampliação de espaços em um futuro governo Fortunati.

Apesar de o presidente do PTB, Elói Guimarães, garantir que a aliança com Fortunati é irreversível, a ala comandada por Claudio Manfroi quer mais cargos, incluindo as secretarias de Governança e de Planejamento e Orçamento.

## Piratini vai medir forças

Apesar de o líder do governo, **Valdeci Oliveira** (PT), ter admitido a possibilidade de ser retirado o regime de urgência de uma parcela do novo pacote de projetos, a intenção do Piratini é votar tudo nos próximos 30 dias.

O chefe da Casa Civil, **Carlos Pestana**, avisa que o governo não aceitará o substitutivo do PDT, que rejeita a ideia de criar a Empresa Gaúcha de Rodovias.

Na próxima semana, Pestana vai se reunir com as bancadas do PSB e do PDT para tentar convencer os deputados da necessidade de aprovar os projetos sem alterações substanciais nos conteúdos.

## MIRANTE

Escolhido por aclamação, o deputado Cassiá Carpes assume no próximo dia 21 a presidência estadual do PTB. O deputado Aloisio Classmann será o secretário-geral, e o secretário Luiz Carlos Busato, o tesoureiro.

**O deputado Diógenes Basegio (PDT) quer reduzir em 50% o IPVA dos carros movidos a gás natural ou energia elétrica.**

Por sugestão do deputado Edgar Pretto (PT), o ex-governador Olívio Dutra receberá, no próximo dia 17, a Medalha do Mérito Farroupilha.

Contra a vontade do Cpers, o governo deposita na próxima terça-feira, em folha suplementar, a diferença para os professores que têm salário básico inferior ao piso nacional de R\$ 1.451 para uma jornada semanal de 40 horas. Balanço do governo aponta que 34.789 professores, entre ativos e inativos, terão algum acréscimo no contracheque mensal. Por incrível que pareça, a direção do Cpers, que deveria zelar pelos interesses de todos os professores, não quer que esses recebam a diferença entre a miséria que recebem hoje e os R\$ 1.451.

Se o não pagamento do mínimo aos mais pobres garantisse a todos os professores o recebimento do piso, daria para entender o protesto do Cpers. Mas não: se o governo não tivesse feito o acordo com o Ministério Público, ninguém ganharia um centavo a mais até o pagamento da próxima parcela do reajuste aprovado pela Assembleia. O Cpers alega que o governo está acabando com o plano de carreira, já que professores com formação superior ganharão, no início, o mesmo salário de quem só cursou o Ensino Médio.

É verdade que o salário inicial neste período que o governo chama

de provisório será o mesmo, mas, se o Estado não tem dinheiro para pagar o piso como vencimento básico para todos, por que sacrificar os que ganham menos? Serve de consolo para quem ganha pouco saber que alguém ganha menos ainda?

O funcionalismo estadual tem profissionais de nível superior ganhando menos de R\$ 1 mil no quadro geral. Isso porque nas outras carreiras a promoção não é automática, como no magistério. Quem faz um concurso em que se exige apenas o nível médio pode apresentar certificado de conclusão de pós-doutorado que não ganhará mais, a menos que faça outro concurso. No magistério, a progressão é automática, bastando apresentar o diploma de qualquer curso superior. Por isso, hoje 80% dos professores estão nos dois últimos níveis da carreira.

No futuro, quando o governo cumprir a decisão judicial que manda pagar o piso como vencimento básico, a diferença entre os níveis será restabelecida. Por enquanto, é justo o pagamento do abono para que nenhum professor ganhe menos do que R\$ 1.451, um parâmetro que poderia ser chamado de linha da dignidade.

## ALIÁS

Nos primeiros quatro meses deste ano, o governo Tarso Neto sacou R\$ 265 milhões da caixa única para cobrir a diferença entre a despesa e a receita. Em todo o ano passado, os saques somaram R\$ 183 milhões.



O deputado Frederico Antunes (PP) desistiu mesmo de ser candidato a prefeito de Uruguiana. Foi pressionado pelos líderes da região, que não querem perder seu único representante na Assembleia.

## Transparência nos salários

Em Porto Alegre para falar no curso "Improbidade administrativa e agentes públicos", promovido pela escola da magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o ministro **Gilmar Mendes** disse ser favorável à divulgação dos salários de servidores públicos de todo o país a partir da Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor no dia 16.

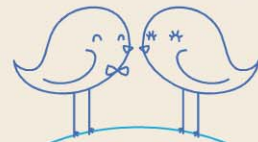
Mendes considera a medida, já adotada pela prefeitura de São Paulo, uma "forma adequada de controle".

No Rio Grande do Sul, nenhum poder divulga o salário de funcionários públicos. O argumento é que, embora o salário seja pago com dinheiro público, divulgá-lo significa invadir a **privacidade** do servidor.

ANUNCIE NESTE GUIA E VIVA EM LUA DE MEL COM OS CLIENTES.

Anuncie no Guia de Festas Especial Noivas. Um caderno exclusivo com dicas, informações e tudo o que você precisa para organizar uma festa de casamento inesquecível.

Encartado somente quarta, 30/5, em Zero Hora. Fechamento comercial em 14/5. Ligue para o Departamento Comercial: (51) 32.139.139 e (51) 3218.4900. Circulação em POA e Grande POA.



ZERO HORA